

SENADO FEDERAL
Comissão de Serviços de Infraestrutura
Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração

**Criação da Agência Nacional de
Mineração - ANM**

Brasília, 5 de julho de 2016

Frederico Munia Machado

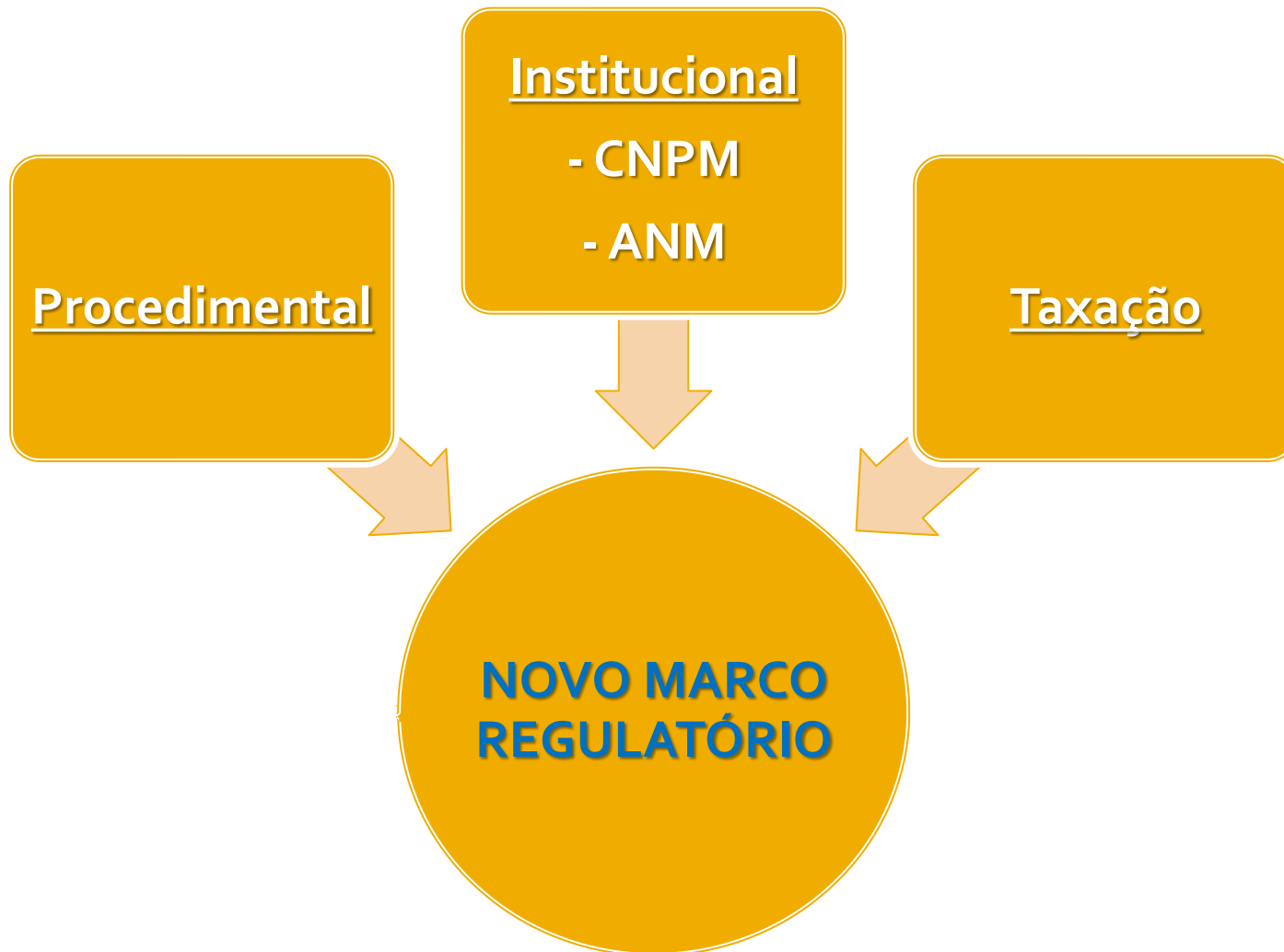
Procurador-Chefe Substituto do DNPM

TÓPICOS

- *Introdução*
- *Reformas Modernas do Setor Público*
 - Ciclos
 - Evolução institucional da Mineração
 - Agência Nacional de Mineração
- *Situação atual do DNPM*
- *Conclusões*

INTRODUÇÃO

Proposta de novo marco regulatório



REFORMAS DO SETOR PÚBLICO

Ciclos



- **Descentralização:** estimula especialização, clareia objetivos, garante a flexibilidade, aproxima do cidadão (participação), acelera decisões, estimula soluções inovadoras, etc. → "agencificação"
 - PORÉM: estimula a fragmentação, ação individualista e unidimensional em um mundo cada vez mais pluralista, ações descoordenadas, duplicadas e contraditórias → questões intersetoriais exigem coordenação.

REFORMAS DO SETOR PÚBLICO

Evolução institucional na mineração

1907

Criação do Serviço
Geológico e
Mineralógico do
Brasil

1934

Criação do DNPM

1994

Transformação do
DNPM em autarquia
simples

REFORMAS DO SETOR PÚBLICO

Agência Nacional de Mineração

- ***Aspectos positivos esperados:***
 - Autonomia administrativa e decisória

DNPM hoje

- Dirigentes sem estabilidade (livre nomeação e exoneração pelo PR);
- Decisões centralizadas / individuais
- Previsões expressas de recurso hierárquico impróprio

ANM

- Dirigentes nomeados após aprovação do SF e com estabilidade (mandato fixo e não coincidentes e demissão em casos bastante restritos);
- Decisões colegiadas
- Provavelmente, menos hipóteses de recurso hierárquico impróprio

REFORMAS DO SETOR PÚBLICO

Agência Nacional de Mineração

➤ Controle e Participação Social

DNPM hoje

- Participação do cidadão limitada.
- Em regra, decisões tomadas a “portas fechadas”.
- Normativos editados sem consulta pública prévia obrigatória.
- Existe ouvidoria.

ANM

- Participação do cidadão ampla
- Decisões colegiadas abertas e com possibilidade de participação pública.
- Normativos motivados e editados após consulta / audiência pública
- Existirá ouvidoria

REFORMAS DO SETOR PÚBLICO

Agência Nacional de Mineração

➤ Mecanismos alternativos de solução de conflitos

DNPM hoje

- Não há.

ANM

- Competência para mediar conflitos entre agentes econômicos do setor e para fixar procedimentos de solução de conflitos, com ênfase na conciliação e no arbitramento.

REFORMAS DO SETOR PÚBLICO

Agência Nacional de Mineração

- ***Possíveis aspectos negativos :***

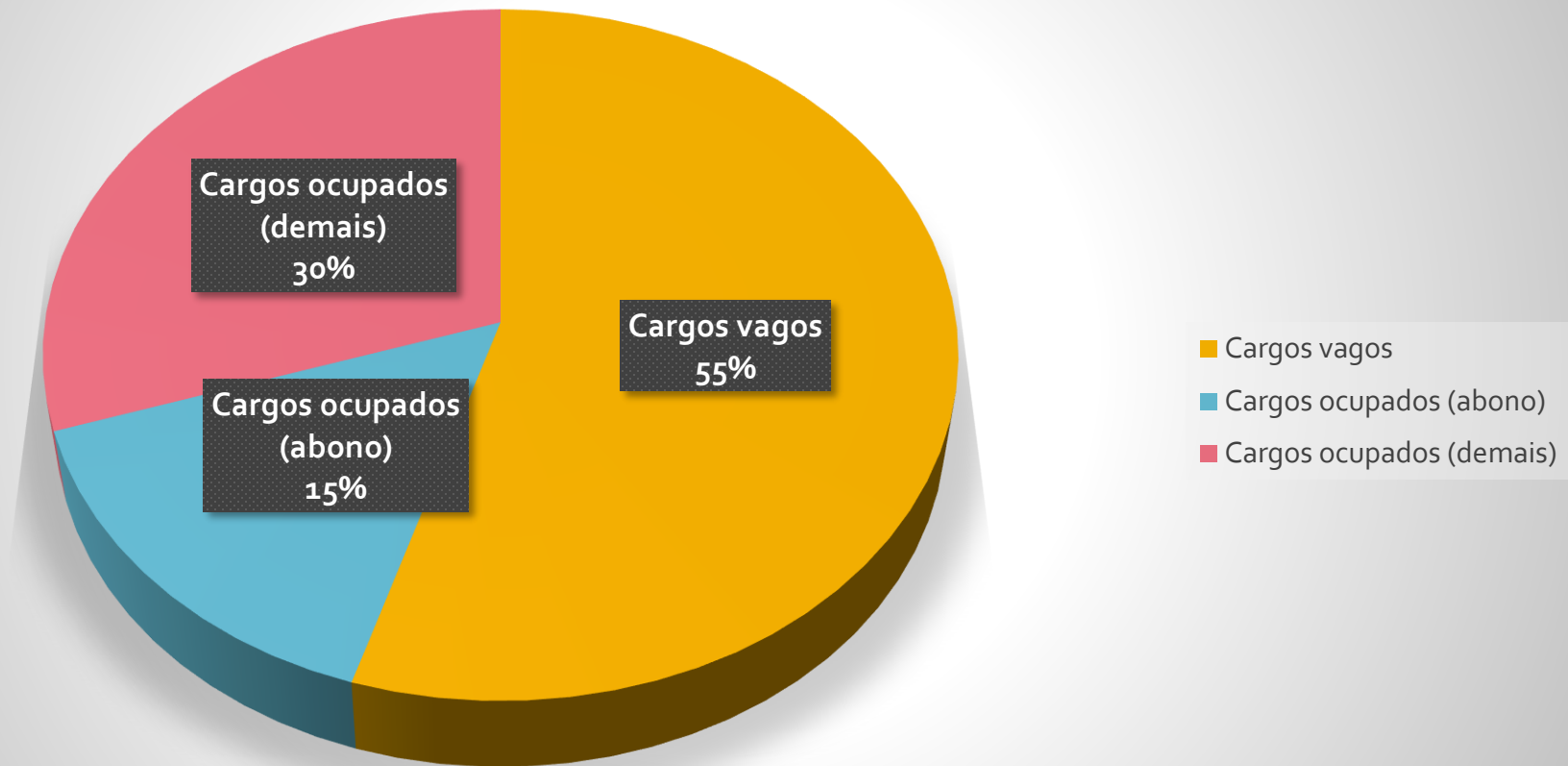
- desvantagens inerentes à maior descentralização / fragmentação: aumento do foco em resultados específicos ao invés de interesse público amplo e declínio na cooperação e coerência no setor público; e
- inviabilização dos efeitos positivos

10

SITUAÇÃO ATUAL DO DNPM

Quadro atual de servidores

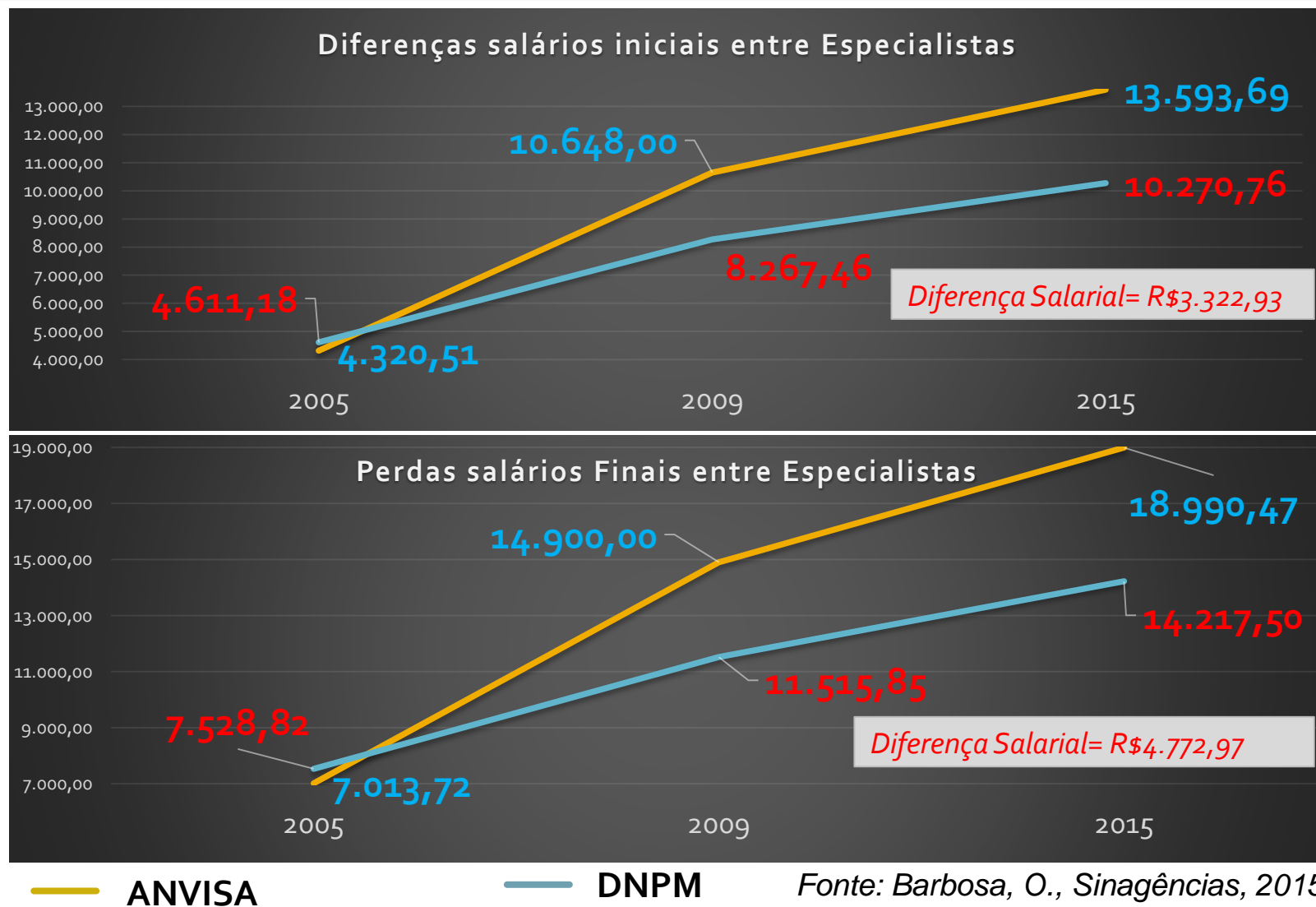
Cargos ocupados e vagos



Fonte: CRH/DGA/DNPM

SITUAÇÃO ATUAL DO DNPM

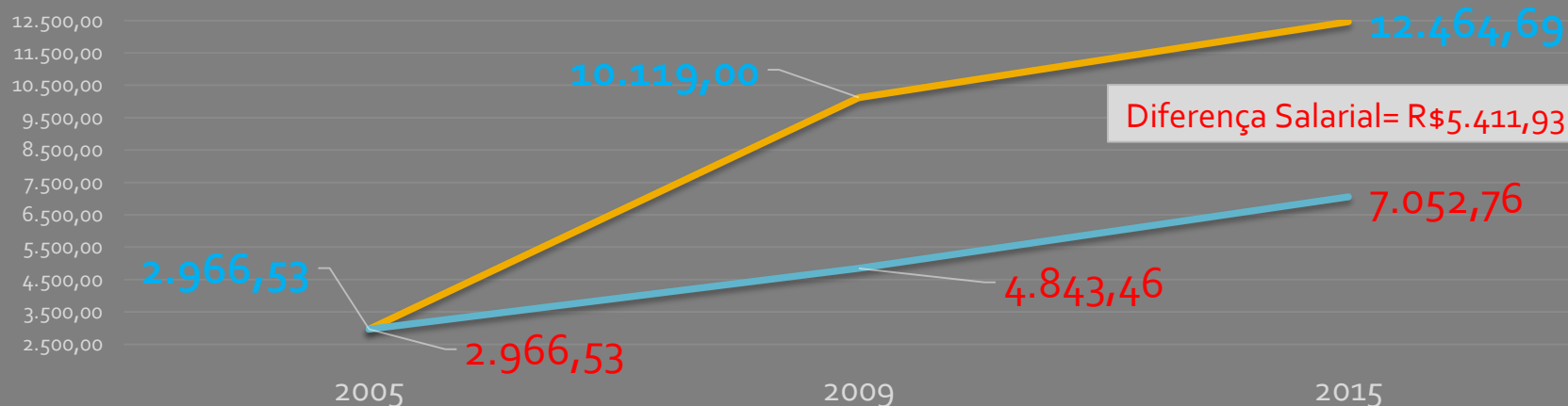
Quadro atual de servidores



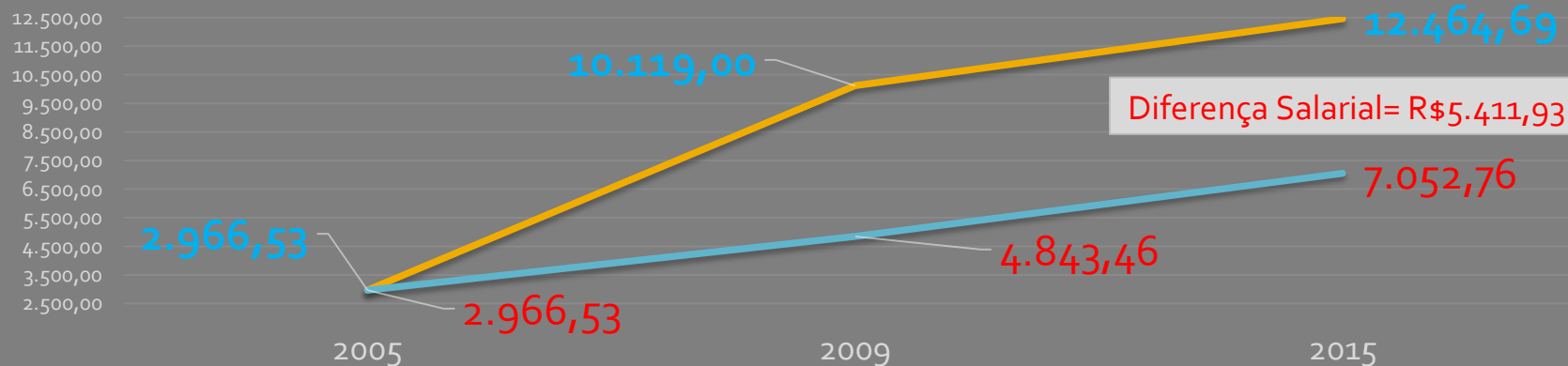
SITUAÇÃO ATUAL DO DNPM

Quadro atual de servidores

Perdas salários iniciais entre Analistas- NS



Perdas salários iniciais entre Analistas- NS



— ANVISA

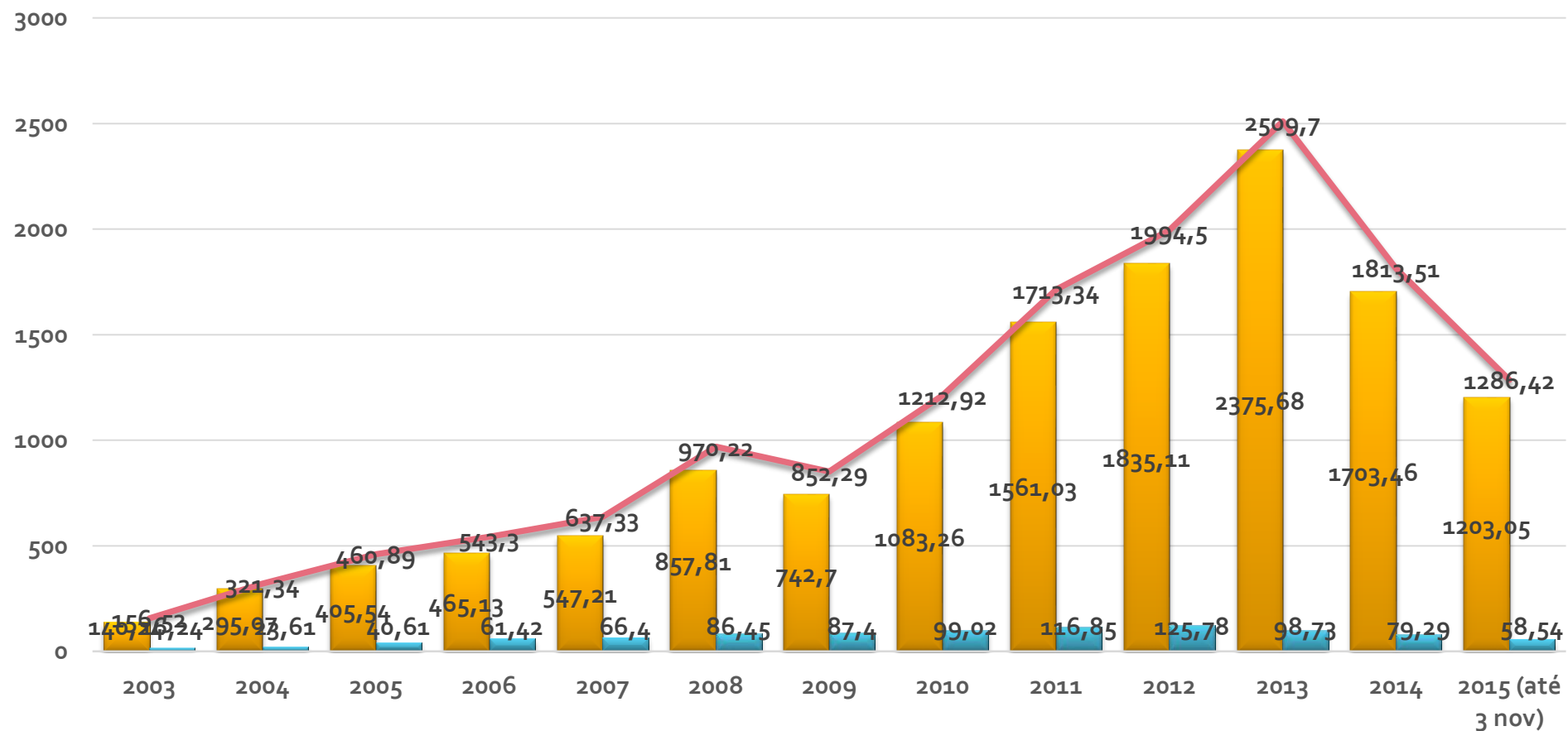
— DNPM

Fonte: Barbosa, O., Sinagências, 2015

SITUAÇÃO ATUAL DO DNPM

Evolução da arrecadação

Arrecadação realizada pelo DNPM
(milhões de reais)



SITUAÇÃO ATUAL DO DNPM

Cota-parte da CFEM para o DNPM

- ***9,2% da receita da CFEM deve(ria) ser destinada ao DNPM.***

Lei nº 8.001/1990

Art. 2º (...)

§ 2º A distribuição da compensação financeira referida no *caput* deste artigo será feita da seguinte forma: [\(Redação dada pela Lei nº 9.993, de 24.7.2000\)](#)

I - 23% (vinte e três por cento) para os Estados e o Distrito Federal;

II - 65% (sessenta e cinco por cento) para os Municípios;

II-A. 2% (dois por cento) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991, destinado ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor mineral; [\(Incluído pela Lei nº 9.993, de 24.7.2000\)](#) [\(Regulamento\)](#)

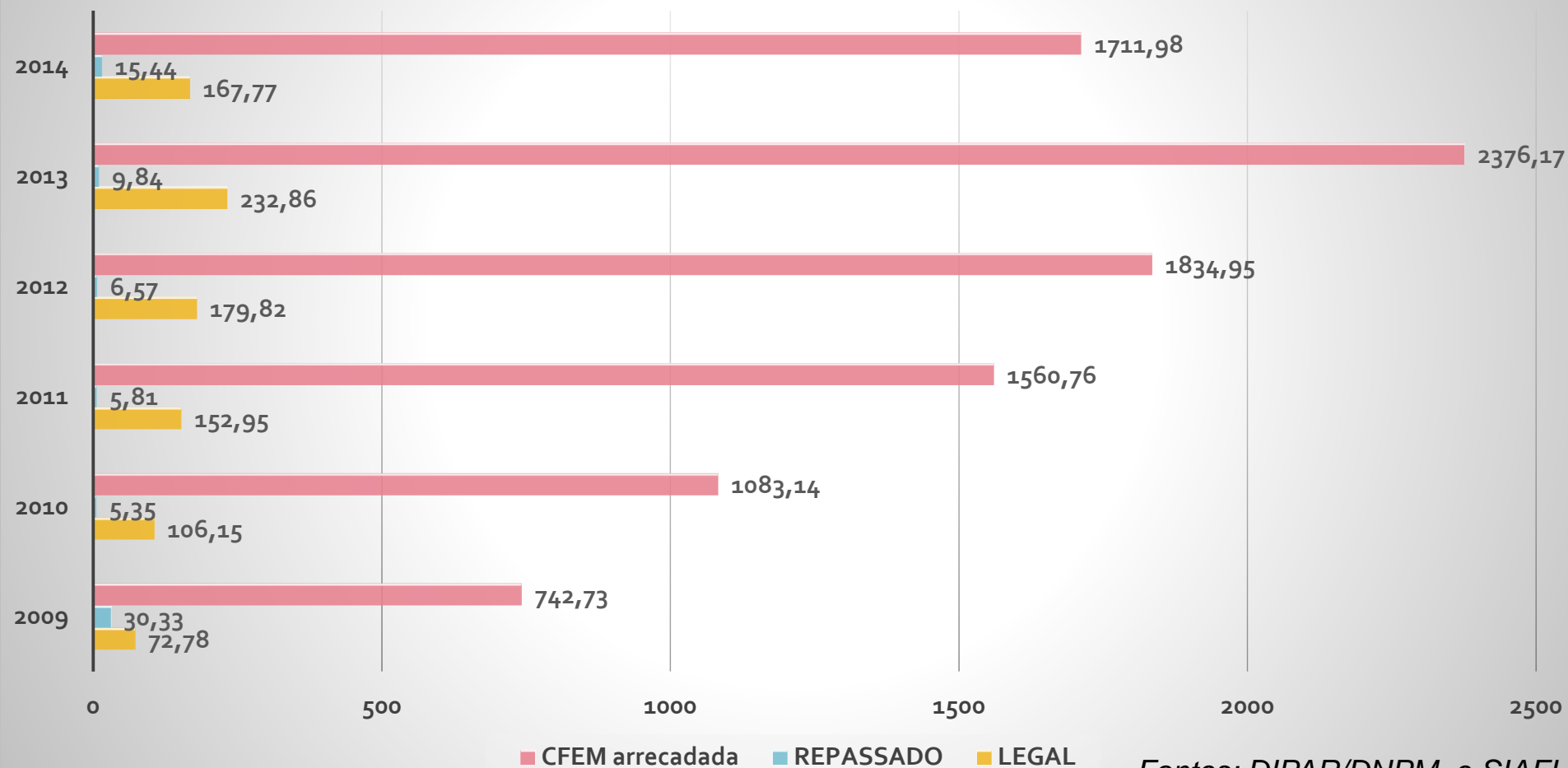
III - 10% (dez por cento) para o Ministério de Minas e Energia, a serem integralmente repassados ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, que destinará 2% (dois por cento) desta cota-parte à proteção mineral em regiões mineradoras, por intermédio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. [\(Redação dada pela Lei nº 9.993, de 24.7.2000\)](#)

(destaque acrescentado)

SITUAÇÃO ATUAL DO DNPM

Evolução do repasse da cota-parte da CFEM

Repasse da cota-parte da CFEM ao DNPM
(milhões de reais)



Fontes: DIPAR/DNPM e SIAFI

CONCLUSÕES

- ***Tendência mundial:*** inserção no setor público de técnicas, práticas, métodos e ideias típicas do setor privado (nova gestão pública).
- ***Descentralização:*** elemento central das reformas administrativas modernas. Apesar dos aspectos negativos inerentes, a descentralização é incentivada.
- ***Brasil:*** segue tendência mundial. Mineração: atraso na inserção dessas mudanças.

CONCLUSÕES

- ***Transformação do DNPM em agência:***

- efeitos positivos esperados:

- ✓ autonomia administrativa e decisória;
 - ✓ controle social e participação pública; e
 - ✓ mecanismos alternativos de solução de conflitos.

- possíveis aspectos negativos:

- ✓ desvantagens inerentes à descentralização; e
 - ✓ inviabilização dos efeitos positivos se mantida a baixa capacidade administrativa.

FIM

Agradeço a sua atenção!

Frederico Munia Machado

frederico.machado@agu.gov.br

frederico.machado@dnpm.gov.br